

Atuação do tradutor intérprete de Libras com professores surdos em uma escola técnica: relato autoetnográfico

Performance of the Brazilian sign language interpreter translator with deaf teachers in a technical school: autoethnographic report

Liliane Albuquerque da Silva Guerra^{1*}, Ana Cristina Silva Daxenberger ¹, Nielson Firmino de Oliveira¹

RESUMO

O presente estudo constitui-se por meio de um relato autoetnográfico de uma tradutora intérprete de língua de sinais e português (TILSP), a qual tem experiência com docentes surdos em uma Escola Técnica Estadual (ETE). O objetivo principal deste artigo é relatar, a partir de uma escrita autoetnográfica, sua experiência. A pesquisa tem caráter qualitativo, sendo utilizado o relato autoetnográfico da TILPS, com reflexões críticas, de um recorte temporal de 2015 a 2017. Para as reflexões e discussões foram utilizados os pensamentos teóricos como: Perlin, Quadros, Sánchez, Sasaki, Skliar, Strobel, Vigotsy entre outros. Os dados permitiram refletir sobre a inclusão educacional da pessoa surda e como a atuação do TILSP pode promover, na comunidade educacional, atitudes e ações de respeito às diferenças e empoderamento do surdo e do TILSP. Conclui-se que o reconhecimento do TILSP, como profissional que garante a acessibilidade comunicacional para as pessoas surdas, não acontece de fato, há significativas percepções que os confundem como professores. E no processo de inclusão muito precisa ser feito para uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidade em todos os contextos sociais, ou seja, uma verdadeira inclusão.

Palavras-chave: Inclusão Social; Inclusão educacional; Atuação profissional.

ABSTRACT

This study is constituted through an autoethnographic report of a translator interpreter of sign language and Portuguese (TILSP), which has experience with deaf teachers in a State Technical School (STS). The main objective of this article is to report, from an autoethnographic writing, her experience. The research is qualitative, using the autoethnographic report of TILPS, with critical reflections, from 2015 to 2017. For the reflections and discussions were used the theoretical thoughts of Perlin, Quadros, Sánchez, Sasaki, Skliar, Strobel, Vigotsy among others. The data allowed to reflect on the educational inclusion of the deaf and how the role of TILSP can promote, in the educational community, attitudes and actions of respect for differences and empowerment of the deaf and TILSP. It is concluded that the recognition of TILSP, as a professional who ensures accessibility communication for deaf people, does not actually happen, there are significant perceptions that confuse them as teachers. And in the process of inclusion much needs to be done for a fairer society and with equal opportunity in all social contexts, that is, a true inclusion.

Keywords: Social inclusion; Educational inclusion; Professional performance.

¹ Universidade Federal da Paraíba

*E-mail: liliane.guerra@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente estamos vivenciando no âmbito educacional políticas públicas voltadas para a educação inclusiva que adveio da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em 1994, resultando na elaboração da Declaração de Salamanca que trazia como princípio a ideia de Inclusão. A Lei nº 13.146/15 também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), apresenta os direitos garantidos para a inclusão da pessoa surda na sociedade assim como no contexto educacional, sendo o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Português (TILSP) relevantemente necessário para a garantia da acessibilidade comunicacional da pessoa surda.

A figura do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Português ao longo da sua história está intimamente relacionada às reivindicações da comunidade surda e inicialmente sua atuação se dava através do contexto religioso, comunitário e assistencialista, visto que os intérpretes de língua de sinais, quase sempre, eram familiares e religiosos que atuavam em diversos contextos e não eram vistos como profissionais. É válido ressaltar que a atividade voluntária sempre esteve presente, até mesmo na contemporaneidade.

Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país. (QUADROS, 2008, p.153).

Todavia, ao longo dos avanços nas lutas sociais pleiteou-se a condição trabalhista, na qual se encontra hoje amparada na Lei 12.319 de 01 de setembro de 2019, que trata sobre a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras/Português. Essa lei aponta que a presença do TILSP deve ocorrer nos vários contextos sociais evidenciando, sobretudo, à igualdade de direitos que deve existir entre surdos e qualquer outra pessoa.

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que trata sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, afirma a responsabilidade do Estado previsto na legislação no Art.76 “O poder público deve garantir à pessoa com deficiência

todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, s/p).

A lei também apresenta no Art.28 paragrafo 2º inciso I e II a formação necessária para a atuação no profissional TILSP na “educação básica – ensino médio e certificado de proficiência na língua brasileira de sinais (Libras) - e nos cursos de graduação e pós-graduação – nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras” (BRASIL, 2015, s/p).

Nesse contexto é relevante refletirmos sobre a acessibilidade comunicacional para as pessoas surdas no contexto educacional enfatizando nesta pesquisa o contexto da Educação Profissional e Tecnológica. No Brasil essa modalidade de ensino está assegurada pelas Leis Federais nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994, na qual dispõe sobre a instituição de Sistema Nacional de Educação Tecnológica e a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo atualmente a resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica prevendo entre elas o ensino a nível médio, na modalidade subsequente, para pessoas que concluíram o ensino médio, sendo esse o campo de atuação de experiência da primeira autora como profissional TILSP.

Considerando as ideias anteriores apresentadas questionamos: Qual a relevância da atuação do TILSP com professores surdos em uma escola técnica? Quais são as dificuldades encontradas no processo de inclusão do docente surdo? Visando compreender esses questionamentos a pesquisa tem como objetivo geral relatar, a partir de uma escrita autoetnográfica, a experiência com docentes surdos em uma Escola Técnica Estadual. (ETE) Tendo como objetivos específicos compreender criticamente o processo de inclusão da pessoa surda no contexto educacional e registrar a atuação do TILSP apontando as dificuldades no conhecimento e reconhecimento da sua função.

2. SURDO: Contexto Sócio-histórico e educacional

As propostas clínicas e pedagógicas que antecederam este século tratavam a surdez tão somente como uma doença conforme comenta Lane (1992), “[...] a surdez surge como deficiência do intelecto. [...] “O “surdo” e “mudo”² surge não só para fazer referência a mudez, como também à fraqueza da mente” (1992, p.24). Os profissionais que diagnosticavam, ensinavam e tratavam os surdos, concluíam que não se comunicando em uma língua oral não era possível apreender e compreender o mundo, assim como, desenvolver-se com autonomia. Segundo Nascimento (2006), os espartanos condenavam a criança surda à morte como as que aconteciam aos “retardados” ou aos “deformados” (termos utilizados a época para classificar pessoas com deficiência intelectual). Berthier (1984) citado por Nascimento afirma:

A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (NASCIMENTO, 2006, p. 257).

Até meados do século XIX, as respostas clínicas e pedagógicas não foram suficientes para compreender a surdez em sua totalidade tendo em vista a realidade histórica, política e social, na qual o surdo estava inserido. Somente em 1994, muda-se o termo para designar as pessoas deficientes, passando a serem chamadas de “Diferentes”. Independentemente dos termos utilizados para definir a pessoa surda o fato é que a sociedade ainda tem dificuldades de lidar com as diferenças e isso explica porque as minorias sociais necessitam de um esforço maior para garantir seus direitos como cidadãos políticos, funcionais, de gênero, religiosos, dentre outros.

As pessoas surdas intensificaram suas lutas pelo direito à cidadania e inclusão social, respaldados nas leis de direitos humanos, de inclusão e acessibilidade criando instituições nacionais como a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) e Associações de Surdos, além de outros movimentos individuais visando assegurar direitos básicos à saúde, à educação, ao lazer, laborais e de desporto. Um dos

² Barros e Hora (2009) O termo, surdo-mudo, é repudiado na comunidade surda, pois as pessoas que nascem surdas ou que adquirem a surdez antes de uma língua verbal sua oralidade não é desenvolvida por não escutarem e por isso não entendem a comunicação oral, porém seu sistema fonador está preservado e é possível emitir sons, falar em língua de sinais e podem ser oralizados.

resultados concretos destes movimentos e que agregou força política aos surdos foi a Lei de Libras nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que conferiu o *status* linguístico à Língua de Sinais Brasileira promovendo reconhecimento cognitivo, social, aceitação como língua natural da comunidade surda contribuindo significativamente para a constituição da identidade surda; a partir das interações sociais no decorrer de sua vida, sejam essas na família, escola, trabalho, amigos e nos variados contextos sociais“ [...] pois estão inseridos num sistema socialmente instituído e em transformação”(SANTANA, 2007, p.45).

A luta das pessoas surdas por inserção social ainda tem um longo caminho a percorrer, pois a sociedade continua a marginalizar os que não correspondem ao padrão socialmente construído, e que não aceitam a diversidade como condição essencial da humanidade. Em geral as oportunidades oferecidas aos surdos são meramente assistencialistas. Citando Quadros e Perlin (2007), concordamos com as autoras que diz: “É nosso princípio, a nossa nostalgia mais imensa e obstinada: a qualidade de vida, de comunicação, da diferença, que nos considerem sujeitos culturais e não nos considerem deficientes” (2007, p.11).

É necessário ao tecido social conhecer, interagir, experienciar e compreender a diversidade humana, tendo em vista que é na interação social que as mudanças ocorrem. As barreiras atitudinais criadas ao longo do tempo tem se mostrado como entraves significativo. A quebra destas barreiras possibilitará erguer-se um corpo social mais harmonioso, onde a diferença não seja responsável pelo não reconhecimento da cidadania. Esse pensamento encontra respaldo em Quadros e Perlin quando dizem:

Não nos importa que nos marquem como refugio, como excluídos, como anormais. (...) nossas posições de resistência, como referem nossas nostalgias, tem de reivindicar isenção à regra universal das identidades. Temos de seguir resistindo ou nos encontraremos em campos que nos obrigam a perecer. (2007, p.10).

Também em posições de resistência que a história da educação de surdos passou por processos relevantes, faz-se necessário conhecermos alguns elementos históricos que contribuíram para as atuais propostas educacionais visando pensarmos e refletirmos em uma proposta educacional que possa atender adequadamente essa população.

O processo educacional dos surdos ao longo dos séculos passou por significativas mudanças que colaboraram para fases otimista e assertiva, e fases

negativas e equivocadas. Segundo Carvalho (2012), o Abade Charles Michel de L'Épée trouxe marcos relevantes para a Educação de Surdos como: a primeira escola para os surdos, Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris, reconhecimento da Língua de Sinais Francesa, demonstrada através da comunicação com as autoridades da época, e contribuições para o desenvolvimento de uma educação coletiva. Foi a partir da primeira Conferência Internacional de Educadores Surdos em Milão, 1880, que as práticas pedagógicas sofreram mudanças significativas sendo obrigatório o uso da oralização na educação de surdos e foi proibido o uso da Língua Gestual. Esse fato é lembrado como o momento da escuridão e retrocesso no processo educacional dos surdos, lembrado de modo negativo e sofrido pela comunidade surda, trazendo relevantes prejuízos como cita Strobel:

Em consequência disto, a qualidade da educação dos surdos diminuiu e as crianças surdas saíam das escolas com qualificações inferiores e habilidades sociais limitadas. Ali começou uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o seu direito linguístico cultural, as associações dos surdos se uniram mais, os povos surdos que lutam para evitar a extinção das suas línguas de sinais (STROBEL, 2008, p.37).

No Brasil, a Educação de Surdo iniciou na época de D. Pedro II quando foi trazido de Portugal o professor francês Hernest Huet, 1855, com o intuito de educar alunos surdos. Foi criada a primeira escola para surdos no Brasil, Instituto Imperial de Surdos-mudos em 1857, que desenvolvia o ensino e toda uma prática pedagógica em língua de sinais, tornou-se referência em toda a América Latina. Atualmente essa instituição é conhecida como INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

O Congresso de Milão e a obrigatoriedade da oralização no processo educacional de surdos, também, persistiu no Brasil por algumas décadas, porém a insatisfação com o oralismo e as crescentes pesquisas sobre as línguas de sinais contribuíram para surgimento de novas propostas pedagógicas ganhando impulso nos anos 1970 a Comunicação Total. Essa proposta tinha como objetivo estimular a comunicação do aluno surdo na língua oral e na língua de sinais, importando somente na aquisição da linguagem e facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes.

Lutas e resistências da comunidade surda, familiares e simpatizantes influenciaram fortemente para que após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, 1994, resultasse com a elaboração da Declaração de Salamanca que trazia como princípio a ideia de Inclusão com base na Declaração Universal dos

Direitos Humanos (1948). Os países que assinassem a declaração se comprometiam em desenvolver políticas que garantissem o direito a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais de modo a levar igualdade de oportunidade.

Segundo Souza (2017) a Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta como ideia de igualdade, a necessidade de possibilitar um tratamento equânime e uniformizado a todas as pessoas, visando a possibilidades de igualdade de oportunidades. Em concordância a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9394 (BRASIL, 1996) que visa a garantia de um sistema educacional o mais integrado possível, propondo a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, garantindo a educação para todos e defendendo o respeito mútuo as especificidades de cada aluno, desfazendo-se do caráter discriminatório e segregador.

Na inclusão busca-se entender as peculiaridades que define a pessoa, sejam elas ligadas a sexo, etnia, origem, crenças entre outras e não a universalidade. Os alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, devendo ser ofertado, aos mesmos, igualdade de oportunidade. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de expressão e comunicação da comunidade surda garantida pela Lei nº 10.436/2002 proporcionou aos surdos o direito a comunicar-se na língua de sinais, estimulou a inclusão social e, principalmente, garantiu que a educação de surdos ocorresse na sua língua materna³ e com acessibilidade comunicacional do Tradutor Intérprete de Libras/Português. Sendo a inclusão educacional e social garantida pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2005, apontando no Capítulo IV sobre o Direito à Educação, e no artigo 28 informando que é competência do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades.

A garantia de lei reforça a necessidade do sistema educacional desenvolver metodologias, recursos didáticos e oportunidades igualitárias. Ainda apontando na sua redação no parágrafo único do artigo que “Libras não poderá substituir a modalidade

³ Conforme alguns teóricos é a primeira língua que a criança aprende e que corresponde ao grupo étnico-linguístico com que o indivíduo se identifica naturalmente. Todavia, escolhemos aqui designação de primeira língua (L1), a qual será assim posteriormente apresentada.

escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2005, s/p). O surdo, portanto, deverá aprender a Libras para comunicação e expressão e a Língua Portuguesa para a escrita, tornando-se obrigatoriamente a educação bilíngue bilingue ao surdo. Nesse contexto o processo de ensino-aprendizagem deve perpassar metodologias que proporcionem ao estudante surdo o acesso às informações respeitando sua singularidade e proporcione um lugar de desenvolvimento máximo do seu potencial intelectual corroborando com as ideias SKLIAR (2005).

Lacerda (2006) descreve que as questões sobre as dificuldades encontradas para inclusão do aluno surdo são bem conhecidas e que existem leis que orientam as ações para o atendimento as pessoas surdas. Porém, ainda não são suficientes para proporcionar a inclusão de fato e faz-se necessário profissionais capacitados, adaptação curricular, recursos didáticos e metodológicos, conhecimento sobre a surdez e sobre o ser surdo e, principalmente, sobre a língua de sinais.

Frias (2010) aponta que a inclusão dos alunos surdos deve contemplar mudanças no sistema educacional, adaptação no currículo, alterações nas formas de ensino, metodologia adequada e um processo de avaliação condizente com as necessidades do aluno surdo, requer também elaboração de atividades que promovam à interação entre os alunos na sala de aula assim como o espaço arquitetônico escolar que facilite o processo de ensino aprendizagem de todos os estudantes.

Atualmente, a luta da comunidade surda está voltada para a Educação Bilíngue que garanta o acesso ao conhecimento através da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para além disso oportunize aos alunos surdos metodologias, recursos didáticos e interação com outros surdos respeitando a singularidade da pessoa surda. Para Dias Júnior (2010):

No caso dos surdos, o domínio de Libras por parte do docente potencializará o aprimoramento da L2 no estudante (Língua Portuguesa escrita). Numa sala em que o estudante seja, de fato, incluído linguisticamente, as possíveis barreiras existentes podem ser diminuídas a partir do momento em que haja domínio dos códigos linguísticos nela existentes, seja pelo (s) docente (s) ou pelos discentes (DIAS JÚNIOR, 2010).

A escola bilíngue, construída e pensada para o aluno surdo, atendendo às necessidades desse público que se apropria da comunicação por meio viso-espacial, necessita do desenvolvimento de metodologias próprias para estudantes surdos para que

o processo de ensino-aprendizagem ocorra de modo eficiente e eficaz. É relevante que os alunos, primeiramente, tenham acesso a sua primeira língua para que os demais aspectos sejam possíveis de serem executados.

Embora a sociedade, de um modo geral, opine em defesa da inclusão argumentando que as oportunidades para os surdos são maiores, assim como para as crianças com e sem deficiências. Entende-se que a questão principal não está centrada na deficiência em si, pois caso a deficiência não seja a surdez, na maioria dos casos é utilizada uma mesma língua oral na escola. No caso dos surdos a língua utilizada é de modalidade diferente, visual-gestual, o que difere da utilizada majoritariamente na escola inclusiva, oral auditiva, e nesse aspecto pensar que o modelo da inclusão inclui de fato a todos é negar a singularidade do ser surdo.

A escola para a pessoa surda precisa ser voltada e pensada a partir da cultura surda e sua língua de sinais. Uma cultura que vem sendo construída com resistências e lutas pelas próprias comunidades surdas e por seus militantes que apoiam a resistência surda, por meio de protestos e de posturas diferenciadas acerca da ideologia política dominante. (QUADROS, 2003) Para que as iniciativas pedagógicas atendam as necessidades educativas do estudante surdo se faz necessário a comunicação na língua de sinais, e o acesso a sua língua 1que é possível através da acessibilidade comunicacional, que é a função do profissional tradutor e intérprete de Libras. Mas, quem é esse profissional? É o que veremos a seguir.

3. O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS / PORTUGUÊS (TILSP)

O ato de interpretar não é algo novo, decorre da necessidade dos grupos de interagir e relacionar-se entre si. No Brasil, os primeiros intérpretes chegaram com os viajantes e degredados que vieram de Portugal, dentre estes podemos citar João Ramalho e Diogo Álvares Correia, homens que viveram entre as tribos indígenas, aprenderam seu idioma e tiveram filhos. “Foram os primeiros intérpretes e suas proles constituíram a primeira geração bilíngue, aprendendo tanto a língua portuguesa dos seus pais como o idioma nativo de suas mães”. (PINTO, 2002, p.9).

Como o objetivo não era simplesmente facilitar a comunicação e as relações comerciais, os jesuítas passaram a usar música, teatro e desenho para civilizar os índios. Surge, neste cenário o Padre jesuíta Manoel da Nóbrega com a responsabilidade de

mediar o ensino religioso e neutralizar a expressão religiosa dos nativos. Para que o processo de mediação ocorresse de modo satisfatório foram trazidos de Portugal meninos órfãos que já dominavam o idioma português e pudessem aprender a língua tupi-guarani para difundir a cultura portuguesa.

Refletir sobre o passado e as primeiras atividades dos intérpretes contribui para a compreensão histórica da atuação profissional e construção da imagem cultural do tradutor e intérprete. Embora não se tenha dado a devida importância aos intérpretes, ao longo da história eles foram sempre personagens que ligavam dois povos e facilitavam a interação independentemente da diversidade linguística. Sua atuação voluntária e carismática, não eram consideradas como profissão, mas, tão somente como missionário cujo objetivo era evangelizar. Conforme comenta Tuxi (2009) citando Rosa (2005), o TIL – Tradutor Intérprete de Libras - não foi visto por muito tempo como atividade profissional, portanto seu trabalho era voluntário e não remunerado.

Essa realidade começa a mudar, no Brasil, em meados dos anos 80 do século passado. Com o advento do 1º encontro Nacional realizado pela FENEIS, criam-se leis que tratam dos direitos das pessoas com deficiência, a exemplo da Lei de Libras Nº 10.436/2002 que reconhece a Libras como língua, sendo fundamental para o reconhecimento da profissão do Tradutor e Intérprete de Libras como mediador comunicacional entre os sujeitos falantes de língua distinta da Libras.

No atual contexto histórico, percebe-se um incremento maior da utilização da Libras, permitindo assim a expansão e, conseqüentemente, maior compreensão da importância do intérprete. No contexto que comunga duas línguas, o português e a Libras, observa-se ora uma interação entre essas duas línguas, ora um entrave na comunicação entre surdos e ouvintes. O TILPS surge para ligar essas duas construções culturais. E nesse sentido cabe fazer uma indagação: o que é traduzir? O que é interpretar? Uma resposta coerente pode ser obtida a partir do pensamento de Leite (2004), que considera do ponto de vista técnico a tradução como sendo o processo de troca da mensagem escrita de uma língua para outra, enquanto a interpretação a troca imediata e ao vivo de mensagem de uma língua para outra, podendo ser línguas escritas, orais ou sinalizadas.

Para alguns autores como Frishberg (1990) citado por Leite (2004, p. 30) os termos tradução e interpretação podem ser considerados como sinônimo um do outro,

enquanto que Metzger (1999) citado também por Leite (2004, p.30), os mesmo termos são considerados consistem na interpretação de um dado texto em uma outra língua.

Nesse sentido, quem é então o Tradutor e Intérprete de Libras/Português? Segundo Marques (2009):

Ser Intérprete de Língua de Sinais é muito mais do que ser identificado pela língua que fala, muito mais do que estar presente nas comunidades surdas ou ainda estabelecer um elo entre mundos linguísticos diferentes. Ser Intérprete é conflitar sua subjetividade de não surdo e surdo, é moldar seu corpo a partir da sua intencionalidade, reaprender o universo do sentir e do perceber, é uma mudança radical onde a cultura não é mais o único destaque do ser. (p. 396-397).

Junte-se ainda sobre o conceito de tradutor e intérprete de Libras o pensamento de Rosa (2005), para esta autora o Tradutor Intérprete de Libras/Português é um profissional que traduz da língua fonte, o português, para língua alvo, Libras, ou vice-versa. [...] Interpreta a mensagem que esta sendo dita preservando a mensagem essencial.

É relevante que nas interpretações sejam respeitados todos os parâmetros da língua de sinais e uma das condições facilitadora para o trabalho do intérprete é ter conhecimento prévio do assunto o qual irá interpretar atentando-se para o contexto em que irá atuar. Faz-se necessário buscar aprofunda-se tanto nos aspectos linguísticos da língua portuguesa como da Libras percebendo as particularidades de cada uma delas.

Buscar conhecer e entender como se formam as comunidades surdas, suas lutas e a percepção de mundo que o surdo constrói deve fazer parte do conjunto de saberes do Tradutor/Intérprete de Libras/Português. Esse profissional torna-se uma ponte que liga ouvintes e surdos, contribui para a socialização do aluno, enriquece seu vocabulário e difunde a Libras na comunidade escolar em que atua, ajudando também a desconstruir o conceito/papel que se formou em relação ao TILSP Educacional que é visto como professor, tutor ou acompanhante do aluno.

Um dos grandes desafios desse profissional é produzir credibilidade ao olhar da sociedade e esse fator relevante produz diversos problemas nas várias esferas sociais. No tangente a esfera educacional, há uma complexidade maior tendo em vista em que o aluno surdo está matriculado nas salas do ensino regular sem ser alfabetizado em Libras, muitas vezes com professores que não sabem interagir com ele. Outro ponto é a ausência do Tradutor/Intérprete de Libras/Português, e não o bastante, ainda podemos

apontar a falta de metodologias e recursos didáticos que garantam um processo de ensino-aprendizagem efetivo para o estudante surdo.

Na esfera social o acesso aos vários dispositivos de saúde, lazer e cultura persistem socialmente em não garantias de acessibilidade comunicacional para o surdo. Essa situação torna impeditivos para que o surdo possa exercer sua cidadania e participar ativamente da sociedade. Um caminho para mitigar as barreiras sociais é favorecer a educação bilingue ao surdo e fomentar o ensino de Libras à sociedade.

4. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se de abordagem qualitativa, sendo o método autoetnográfico. O interesse em utilizá-la ocorreu por perceber as significativas contribuições que esse modelo de pesquisa proporciona para o campo acadêmico tendo em vista a necessidade de pesquisas voltadas para a cultura surda, Libras e inclusão educacional da pessoa surda estarem em processo de desenvolvimento e ainda encontrar-se escasso. A autoetnografia contribui com o anseio de fazer ciência a partir do olhar do pesquisador refletindo na experiência do pesquisador que está inserido em um dado contexto sócio-histórico que também é dinâmico e subjetivo, embora não se trate de uma pesquisa autobiográfica, pois nesse caso descreveria acontecimentos sobre o autor da pesquisa. Para os autores Santos & Biancalana, a autoetnografia pode ser entendida como:

Formadora de uma investigação muito mais em formato de memória ou memória crítica, visto que nesse momento as informações não são submetidas a análises, interpretações e tampouco se articulam a conhecimentos de outras fontes. [...] informadora quando dados e textos autoetnográficos são usados como fonte de informação tão relevante quanto as oriundas de outras fontes, como livros, revistas etc. [...] heurística quando é usada para refletir as diferentes etapas do processo de pesquisa, interessando-se muito mais por ele do que pelos resultados. [...] pesquisa de modo descritivo, sem tanto aprofundamento, a qual pode ser entendida como investigação preliminar [...] passa a assumir um viés crítico; nesse ponto, a autoetnografia analítica volta-se para a reflexão acerca da pesquisa e cria conhecimento a partir do assunto/objeto ou da temática em questão (2018, p.86).

O relato trará uma escrita reflexiva que apresentará inicialmente a trajetória acadêmica para a formação do TILSP, o processo que culminou com a contratação do profissional pela escola, como ocorreram os processos iniciais da atuação do TILSP com os docentes surdos e a relação social entre TILSP, professores e estudantes.

A pesquisa foi desenvolvida no contexto de uma escola pública, do Estado de Pernambuco, no município do Recife, que atende alunos no ensino médio integral e no ensino profissional e tecnológico. O relato autoetnográfico se refere ao período de três anos (2015-2017) que foram os anos iniciais da atuação da primeira autora como TILSP. Foi escolhido esse período por se tratar dos anos que ocorreram processos relevantes e significativos na atuação da participante, a qual também assume o papel de pesquisadora devido à análise crítica sobre o objeto de estudo: a atuação da TILPS. Vale dizer que optamos por identificar os recortes da escrita autoetnográfica como Guerra (2021).

O ensino médio integral ocorre durante todo o dia (manhã e tarde) o ensino profissional e tecnológico apenas no turno da noite. O TILSP foi contratado para atender as demandas da escola no processo de inclusão da pessoa surda, vale destacar que os surdos presentes na escola eram todos docentes do Curso Técnico de Tradutor e Intérprete de Libras.

RELATO AUTOETNOGRÁFICO: Da formação à atuação e relação profissional entre atores sociais da escola.

Nesse tópico faremos a análise da escrita autoetnográfica. Como a escrita é pessoal, há momentos que a escrita está na primeira pessoa do singular quando se tratar de dados específicos do relato escrita autoetnográfica. Todavia, como nos formamos e nos compreendemos por meio das intervenções sociais, há momentos que a escrita está na primeira pessoa do plural, por entender que a construção formativa e analítica se deu com outrem.

Formação profissional

No Brasil, a educação é garantida pela Constituição Federal que aponta no Capítulo III, Sessão I e artigo 205 “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, [...] visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício

da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Embora a Carta Magna apresente como dever do Estado e da família, as políticas públicas voltadas para a educação não contemplavam uma parcela significativa da população que são os estudantes de classes sociais considerados com baixa renda e oriundos de escolas públicas. Neste contexto somava-se uma grande maioria de estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiências. Para estes restava o trabalho diurno e cursos em faculdades particulares através de bolsas de estudos, financiamentos ou pagando mensalidades.

Faço parte dessa maioria; negra, baixa renda e estudante de escola pública. Concluí o ensino médio aos 17 anos, mas somente aos 29 anos, através do Exame Nacional do Ensino Médio e o Programa Universidade para Todos consegui uma bolsa integral de estudos no curso de Psicologia em uma faculdade particular (GUERRA, 2021).

Uma formação profissional proporciona aquisição de conhecimentos, desenvolvimento pessoal, intelectual, assim como, favorece o desenvolvimento da sociedade. Uma sociedade que investe em educação desenvolve cidadãos conscientes, inclusivos e atuantes.

O curso de Psicologia possibilitou profundas reflexões sobre o cuidado psicológico para com as Pessoas com Deficiências. O interesse em aprender Libras surgiu com propósito de incluir as pessoas surdas em atendimentos de psicoterapia, garantindo acessibilidade comunicacional. Concomitantemente ao curso de Psicologia iniciei o curso Técnico de Tradutor e Intérprete de Libras em uma escola técnica estadual (GUERRA,2021).

A atenção à saúde de modo integral a pessoa com deficiência é assegurada pela LBI no capítulo III, artigo 18 e para as pessoas surdas a acessibilidade comunicacional é fundamental no processo de inclusão na atenção à saúde, pois, em sua maioria, são usuários da Libras.

Portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantenham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros (SASSAKI, 2005, p. 21).

Ao final do curso técnico, a partir de uma seleção simplificada, ocorreu minha contratação como Tradutora e Intérprete de Libras na rede estadual de ensino. Devo dizer que a iniciativa, foi imposta por lei, que garante a acessibilidade da pessoa surda, fazendo o Estado obrigado a garantia de acessibilidade comunicativa em ambientes de ensino.

Atuação e relação entre surdos e não surdos

No processo de ensino-aprendizagem a linguagem exerce papel fundamental. Para Freire (1996) a existência humana está moderada na linguagem, na cultura e na comunicação. É através da linguagem que as situações vivenciadas no processo educativo se tornam eficaz, envolvente e dinâmicos contribuindo significativamente para promoção e desenvolvimento dos instrumentos comunicativos e sociais dos alunos que são expressas através das discussões, artes, leituras, músicas, teatro, conversas e muitos outros meios.

Para garantir o acesso à educação de modo que ninguém seja excluído, reflito segundo Sánchez (2005) uma educação inclusiva que surge como questão de direitos humanos, defendendo a não segregação da pessoa como consequência de sua deficiência, gênero, minoria étnica e dificuldade de aprendizagem. Sendo também uma atitude representada por valores e crenças que formam um conjunto de ações.

Uma das ações da Secretária de Educação do Estado foi a seleção simplificada para contratação temporária de TILSP na qual fui selecionada.

O momento da convocação foi recebido com muita alegria e surpresa, pois estava sendo convocada para trabalhar no mesmo local que estudei, para garantir acessibilidade comunicacional aos professores surdos. Atuar como Tradutora e Intérprete de Libras para meus professores foi uma grande honra. A atuação ocorria de modo formal e informal, diariamente, com docentes surdos. Sempre que ocorriam reuniões, eventos, avisos ou qualquer tipo de conversação formal e informal eu os acompanhava (GUERRA,2021).

No processo de inclusão das pessoas surdas a comunicação é imprescindível. Ser e estar no mundo de modo visual é uma característica singular da pessoa surda, o acesso

a comunicação necessita atentar-se a essa característica. A Libras como uma língua visual-espacial possibilita ao surdo o acesso a todas as informações.

A garantia de direito à acessibilidade fica explícito na LBI/15, capítulo IV, art. 28, inciso XVI que aponta:

Acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino (BRASIL, 2015, s/p).

A atuação do Tradutor e Intérprete de Libras favorece efetivamente a inclusão das pessoas surdas nos variados contextos sociais. Aulas, palestras, conversas formais e informais, reuniões, eventos e festividades quando traduzidas e interpretadas garante acessibilidade comunicacional e a sociedade conhece a função e atuação do TILSP, passando a compreender e valorizar a profissão. Isso é exatamente o que em minha experiência profissional pude vivenciar:

Na secretaria da escola existia um fluxo dinâmico de alunos, professores e funcionários, se fazia necessário mediar a comunicação e interpretar as conversas que ocorriam no ambiente. Minha atuação contribuiu bastante para o processo de inclusão dos docentes surdos com a comunidade escolar, sem o profissional Tradutor e Intérprete de Libras a comunicação ocorria por mimica e/ou escrita, nem sempre a comunicação existia de modo compreensível (GUERRA, 2021).

Embora a presença do TILPS garanta inclusão comunicacional, não significa uma total inclusão da pessoa surda no contexto educacional, faz-se necessário a quebra de alguns paradigmas, de barreiras atitudinais e reconhecimento do surdo como cidadão de direito e igualdade de oportunidade. Para Sánchez:

A educação inclusiva é um meio privilegiado para alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelecê-la. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído (2005, p. 14).

Os docentes surdos trabalhavam no turno da noite, o curso constava com 03 (três) turmas em curso, em períodos diferenciados, todos os dias havia presença de docentes surdos na escola. A relação TILSP e docentes sempre ocorreu de modo tranquilo e satisfatório, assim como a relação TILSP e estudantes. A representação

profissional do TILSP favorecia o reconhecimento da profissão contribuindo para o desenvolvimento e interesse do aluno em atuar. Essa situação também ocorreu durante minha atuação profissional, para a qual posso afirmar que fiz e faço parte do processo de inclusão do Surdo na educação.

Os alunos, quase sempre, buscavam o apoio do TILSP para sanar dúvidas na fluência da Libras e conversação com os surdos. Percebia que era satisfatório e representativo para o aluno ter contato com um profissional formado e em atuação, esse vínculo os ajudava na construção da sua identidade profissional e fluência na Libras (GUERRA, 2021).

A importância da figura do TILSP para a compreensão do Surdo sobre os conceitos e aprendizagens sociais, em ambientes que professor e Surdo não se utilizam da mesma modalidade comunicacional é considerada essencial, porque segundo Vygotsky (2008) a língua de sinais pode promover interação comunicativa relevante no processo de aprendizagem dos surdos. Seu sistema de recepção e produção ocorre diferentemente das línguas orais. A partir do processo de interação que são promovidos novos conhecimentos.

E na interação entre os docentes Surdos, TILSP, estudantes e comunidade escolar que ocorriam significativas aprendizagens. Vários funcionários passaram a ter interesse em aprender Libras, e os docentes Surdos sentiam-se pertencentes a comunidade escolar. A fluência na Libras, na cultura surda e na comunidade surda era experienciada de modo significativo pela TILSP.

Os docentes ouvintes e outros profissionais da comunidade escolar esforçavam-se para comunicar-se com os docentes surdos, no mínimo sinais de saudações. Em caso de urgência solicitava, voluntariamente, um aluno do curso de tradutor e intérprete de Libras para mediar a comunicação (GUERRA, 2021).

Comum para qualquer profissão, os desafios são presente e podemos a partir deles desenvolver estratégias que contribua para avanços ou permanecer questionando-os. Na minha atuação como TILSP escolhi desenvolver estratégias que promovesse a inclusão, reconhecimento e aprendizagem.

Os desafios e os avanços

Um dos grandes desafios foi esclarecer para os demais funcionários a função e atuação do TILSP que, quase sempre era confundido como professor, cuidador ou apoio das pessoas surdas. Segundo Quadros (2004), mesmo estando no quadro de funcionário da escola o intérprete não é um professor, sua função é puramente técnica de intermediar duas línguas.

A aceitação da função do TILSP ainda se configura como um entrave na rede de ensino, desse modo minha atuação passou a ser mediando a comunicação com os docentes surdos e também como professora ministrando aulas no curso técnico de tradutor e intérprete de Libras (GUERRA,2021).

Questionar, reivindicar e não aceitar seria o melhor a fazer? Embora, compreendendo o código de ética da profissão de Tradutor Intérprete de Libras e reivindicando a necessidade de contratação de professores, tive como resposta que estava sendo aguardada a chegada de novos professores para o quadro de docentes. Pensando nos prejuízos referentes ao tempo de conclusão do curso das turmas e visando contribuir com a formação dos alunos, atendia a necessidade do curso ministrando aulas de várias disciplinas. Um lugar aceito, porém, sempre esclarecido aos alunos e a comunidade escolar que essa não era a função do TILSP, o fazia para além de minhas funções. Acredito que esse seja um fato em algumas instituições de ensino e que merece maior investigação para trazer à tona a realidade brasileira sobre o processo de inclusão do Surdo em escolas regulares.

Outro importante e significativo desafio era incluir o docente Surdo na comunidade escolar, embora, na atualidade, já tenha leis, decretos e políticas públicas de inclusão, ainda persiste a visão social da pessoa com deficiência como incapaz, coitadinha, indefesa e que necessita de assistência. Uma visão que dificulta a inclusão social e principalmente a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência em qualquer âmbito social. As pessoas com deficiência precisam de oportunidades sociais para seu desenvolvimento, e suas dificuldades na maioria das vezes são impostas pela sociedade.

Como Veras e Daxenberger (2017) explicam:

As pessoas que nascem surdas não sofrem diretamente a experiência da perda, mas, habitando um mundo cujos códigos sociais e demais parâmetros utilizados na vida diária são na maioria das vezes auditivos, não tardam a ter a experiência da deficiência. A plenitude

de sua vida e a amplitude de seu território existencial depende bastante dos cuidados e da estimulação que recebem, bem como das oportunidades que lhes são oferecidas segundo Vigotski (2012 *apud* VERAS e DAXENBERGER, 2017, p. 254).

Buscando incluir e valorizar as diferenças foram desenvolvidos projetos com os alunos para o conhecimento e reconhecimento da Libras na comunidade escolar. A escola oferta vários cursos técnicos e com objetivo de contribuir para a inclusão social das pessoas surdas foram promovidas Oficinas Práticas de Libras para os alunos dos Cursos: Técnicos de Enfermagem, Análises Clínicas, Prótese Dentária e Segurança do Trabalho. A participação foi de docentes ouvintes e administrativos de toda a escola. Essas ações tiveram resultados significativos no processo de inclusão e na formação dos cursistas.

Mesmo atuando como TILSP e buscando favorecer no processo de inclusão do Surdo nas escolas de ensino regular, ressaltamos que ainda há muito a que se fazer para melhorar a inclusão dessa população, conforme se prevê as leis nacionais e internacionais que o Brasil é signatário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o reconhecimento da Lei de Libras as políticas educacionais brasileiras passaram a garantir a acessibilidade comunicacional as Pessoas Surdas. Necessariamente, todas escolas precisam ter intérpretes de Libras e todos os setores da sociedade precisaram garantir esse direito para que os Surdos possam exercer sua cidadania de forma plena. Porém ainda persistem muitas dificuldades na garantia de direito a comunicação em Libras pois, as instituições, em sua maioria, não apresentam acessibilidade comunicacional e por vezes as pessoas surdas não tem seu direito garantido, fato que não promove a inclusão social, o respeito as diferenças e, principalmente, a igualdade de oportunidade.

A escola, assim como todos os educadores e/ou atores sociais precisam compreender que a visão para o surdo é comparada ao ouvido para os ouvintes.

Não obstante, podemos ainda apontar as necessidades das Secretarias de Ensino cumprir com sua responsabilidade garantindo aos seus assistidos a acessibilidade comunicacional de modo coerente as reais necessidades de inclusão do surdo. Podemos apontar como elementos básicos e essenciais: 1) educação bilíngue, tendo em vista a

língua 1 do surdo ser a língua de sinais fazendo-se necessária como L1 e a língua portuguesa com L2; 2) adequação das propostas educacionais pautadas na educação com recurso visuais e imagéticos para facilitar e promover a aprendizagem do surdo; 3) adaptações curriculares e de acesso ao currículo como metodologias, avaliação e tempo diferenciados ao Surdo respeitando sua diferença e modo de ser no mundo; 4) formação docente e demais profissionais quanto à aquisição da Libras e à cultura surda contribuindo para uma comunicação sem barreiras, atitudes e ações de inclusão, assim como a aceitação das diferenças; 5) A formação continuada do TILSP para um melhor desempenho na sua atuação; 6) Reconhecimento da função do TILSP como necessária na inclusão do surdo.

Como vemos, ainda temos muito a fazer para a real inclusão no Brasil, o respeito as diferenças nos tornam pessoas melhores, para uma sociedade mais justa e igualitária nas oportunidades em todos os contextos sociais.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jozibel Pereira; HORA, Mariana Marques. **Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social**. Monografia de Serviço Social UFPE. Recife-PE, 2009. Disponível em: http://www.editoraararazul.com.br/cadernoacademico/012_anexos_pessoas_surdas_dir_eitos_politicas_sociais_e_servico_social_barros_hora.pdf. Acesso 29 outubro 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 novembro 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 28 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 25 outubro 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em 26 de setembro de 2021.

CARVALHO, P.V. **O Abade de L'Epée no Século XXI**. 1ª Jornada da LGP, Língua. Ensino. Interpretação. ESEC – Escola Superior de Educação de Coimbra. 2012.

Disponível em

<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=307> Acesso em 30 de setembro de 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 28 de março de 2022.

DIAS JÚNIOR, J. F. Ensino da língua portuguesa para surdos: contornos de práticas bilíngues. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Recife: UNICAP, 2010. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/718>. Acesso em: 07 setembro 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários para a prática docente. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIAS, E. M. A. Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular. 2010. Realizado no PDE-SEED do paraná, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

LACERDA, Cristina B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. CEDES, mai/ago. 2006, vol.26, nº 69, p. 163-184.

LANE, H. A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada. Instituto Piaget. Lisboa, 1992.

LEITE, E.M.C. Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula Inclusiva. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2004. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6084/1/634144.pdf>. Acesso em: 09 novembro 2021.

MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janaína Soares. O fenômeno de ser intérprete. In: QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Mariane Rossi. *Estudos Surdos IV*. Petrópolis, RJ. Arara Azul, 2009. p. 394-406.

NASCIMENTO, L. C. R. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 255–265, jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/807>. Acesso em: 26 set. 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>. Acesso em 28 de março de 2022.

PINTO, Virgílio Noya. Comunicação e Cultura Brasileira. São Paulo: Série Princípios, Ática, 2002, 5º Ed. 4ª impressão.

QUADROS, R. M. de. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão / exclusão.** Ponto de Vista, Florianópolis, n.5, p. 81-111, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246> . Acesso em 20 de dezembro de 2020.

QUADROS, R. M. **O tradutor intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Muller (org.). **Estudos surdos III.** Petrópolis: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice M.; PERLIN, G. (org.). **Estudos Surdos II.** Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a Visibilidade da Tradução da Língua de Sinais e a Invisibilidade da Tarefa do Intérprete.** Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: Arara Azul, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190872>. Acesso em: 15 novembro 2021.

SÁNCHEZ, P.A. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Inclusão – Revista da Educação Especial. 07-18, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em 04 novembro de 2021.

SANTANA, A.P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas.** Plexus: São Paulo, 2007.

SANTOS, S. M. A. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios.** Plural, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 24 julho 2021.

SANTOS, C. M. dos; BIANCALANA, G. R. **Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas.** Revista *Aspas*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 53-63, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-3999.v7i2p53-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/aspas/article/view/137980>. Acesso em: 29 out. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21.** Inclusão – Revista da Educação Especial. 19-23, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em 04 novembro de 2021.

SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: **Um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 3^a, 2005.

SOUZA, D. P. M. **Acessibilidade aos portadores de deficiência física: uma garantia constitucional.** Revista Jus Navigandi. Ano 22, n. 5144. Teresina, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59060>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

TUXI, Patrícia. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Faculdade de educação. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.apilrj.org.br/artigos/PatriciaTuxi.pdf>. Acesso em: 26 de set. 2021.

VERAS, D.S; DAXENBERGER, A.C.S. **Um olhar sobre as contribuições de Lev Vigotski à educação de surdos**. Olhar de professor, Ponta Grossa, 20(2): 252-269, 2017. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em: 14 outubro 2021.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Recebido em: 30/04/2022

Aprovado em: 25/05/2022

Publicado em: 01/06/2022